

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Estado de Santa Catarina – Sicredi Sul
SC

Criciúma – SC

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Estado de Santa Catarina – Sicredi Sul SC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Estado de Santa Catarina – Sicredi Sul SC em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2016



Marcela Mies Laino
Contador - CRC- RS 074.511/O-4 "S" SC
CNAI 2230

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 190.335 mil, aumento de 25,18% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 106.787 mil, com evolução de 16,24% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 101.119 mil, representando 89,99% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 8.911 mil, compondo 7,94% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 2.331 mil ou 2,07% do total (NE 06c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 167.649 mil em dezembro de 2015, com incremento de 20,10% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 108.292 mil, com crescimento de 21,82% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 18,59% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 36.125 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 22.823 mil, tendo um aumento de 13,65% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de risco de liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi esta centralizado sob a responsabilidade da Gerencia de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

| ATIVO | 31/12/2015 | 31/12/2014 | PASSIVO | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|----------------|----------------|--|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | 157.644 | 121.935 | CIRCULANTE | 60.790 | 46.514 |
| DISPONIBILIDADES (NOTA 04) | 2.255 | 3.008 | DEPÓSITOS (NOTA 10) | 39.906 | 36.336 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 71.123 | 50.337 | Depósitos à Vista | 36.125 | 30.463 |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 5 | 2 | Depósitos a Prazo | 3.781 | 5.873 |
| Correspondentes no país | 658 | 319 | RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 6.788 | 1.774 |
| Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04) | 70.460 | 50.016 | Recebimentos e Pagamentos a Liquidar | 4 | 13 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06) | 76.672 | 62.508 | Repasses Interfinanceiros (NOTA 11) | 6.784 | 1.761 |
| Operações de Crédito | 80.427 | 67.290 | RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS | 409 | 150 |
| (Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) | (3.755) | (4.782) | Recursos em Trânsito de Terceiros | 409 | 150 |
| OUTROS CRÉDITOS | 6.989 | 5.702 | OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12) | 1.671 | 1.507 |
| Rendas a Receber | 353 | 287 | Empréstimos País - Outras Instituições | 1.671 | 1.507 |
| Diversos (NOTA 07) | 6.729 | 5.480 | OUTRAS OBRIGAÇÕES | 12.016 | 6.747 |
| (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) | (93) | (65) | Cobrança e Arrecadação de Tributos | 30 | 24 |
| OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08) | 605 | 380 | Sociais e Estatutárias | 191 | 125 |
| Outros Valores e Bens | 644 | 367 | Fiscais e Previdenciárias | 554 | 348 |
| (Provisão para desvalorização) | (58) | - | Diversas (NOTA 13) | 11.241 | 6.250 |
| Despesas Antecipadas | 19 | 13 | | | |
| NÃO CIRCULANTE | 32.691 | 30.111 | NÃO CIRCULANTE | 106.722 | 85.451 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 24.498 | 22.691 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 106.722 | 85.451 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05) | 50 | - | DEPÓSITOS (NOTA 10) | 104.511 | 83.025 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 50 | - | Depósitos a Prazo | 104.511 | 83.025 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06) | 24.448 | 22.690 | RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 440 | 687 |
| Operações de Crédito | 26.360 | 24.582 | Repasses Interfinanceiros (NOTA 11) | 440 | 687 |
| (Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) | (1.912) | (1.892) | OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 13) | 1.771 | 1.739 |
| OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07) | - | 1 | Diversas | 1.771 | 1.739 |
| Diversos | - | 1 | | | |
| PERMANENTE | 8.193 | 7.420 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 22.823 | 20.081 |
| INVESTIMENTOS (NOTA 09a) | 3.569 | 3.569 | CAPITAL SOCIAL (NOTA 15) | 17.836 | 16.448 |
| Outros Investimentos | 3.569 | 3.569 | De Domiciliados no País | 22.603 | 23.866 |
| IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b) | 2.824 | 2.668 | (Capital a Realizar) | (4.767) | (7.418) |
| Outras Imobilizações de Uso | 5.078 | 4.419 | RESERVAS DE SOBRAS | 4.452 | 3.297 |
| (Depreciação acumulada) | (2.254) | (1.751) | SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | 535 | 336 |
| INTANGÍVEL (NOTA 09b) | 1.800 | 1.183 | | | |
| Outros Ativos Intangíveis | 2.811 | 1.935 | | | |
| (Amortização acumulada) | (1.011) | (752) | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 190.335 | 152.046 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 190.335 | 152.046 |

explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

| Descrição das contas | Resolução CFC Nr.1.013/05 | | | Resolução CFC Nr.1.013/05 | | | Resolução CFC Nr.1.013/05 | | |
|---|---------------------------|---------------------|----------------|---------------------------|---------------------|-----------------|---------------------------|---------------------|-----------------|
| | 01/07/2015 a 31/12/2015 | | | 01/01/2015 a 31/12/2015 | | | 01/01/2014 a 31/12/2014 | | |
| | Ato Cooperativo | Ato Não Cooperativo | Total | Ato Cooperativo | Ato Não Cooperativo | Total | Ato Cooperativo | Ato Não Cooperativo | Total |
| INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 14.457 | - | 14.457 | 27.166 | 1 | 27.167 | 22.812 | - | 22.812 |
| Operações de Crédito | 14.457 | - | 14.457 | 27.165 | 1 | 27.166 | 22.812 | - | 22.812 |
| Resultado Títulos e Valores Mobiliários | - | - | - | 1 | - | 1 | - | - | - |
| DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (9.167) | (27) | (9.194) | (19.059) | (42) | (19.101) | (14.175) | (29) | (14.204) |
| Operações de Captação no Mercado | (7.033) | (5) | (7.038) | (12.634) | (8) | (12.642) | (8.207) | (5) | (8.212) |
| Operações de Empréstimos e Repasses | (480) | (22) | (502) | (845) | (34) | (879) | (491) | (24) | (515) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (1.654) | - | (1.654) | (5.580) | - | (5.580) | (5.477) | - | (5.477) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 5.290 | (27) | 5.263 | 8.107 | (41) | 8.066 | 8.637 | (29) | 8.608 |
| OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS | (3.252) | 185 | (3.067) | (6.892) | 563 | (6.329) | (8.059) | 173 | (7.886) |
| Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços | 1.685 | 837 | 2.522 | 3.023 | 1.516 | 4.539 | 2.329 | 2.003 | 4.332 |
| Rendas de Tarifas Bancárias | 1.056 | 1 | 1.057 | 2.011 | 1 | 2.012 | 1.475 | 1 | 1.476 |
| Dispêndios e Despesas de Pessoal | (4.767) | (220) | (4.987) | (8.527) | (334) | (8.861) | (7.509) | (367) | (7.876) |
| Outros Dispêndios e Despesas Administrativas | (3.837) | (498) | (4.335) | (7.230) | (753) | (7.983) | (5.930) | (1.342) | (7.272) |
| Dispêndios e Despesas Tributárias | (21) | (87) | (108) | (34) | (129) | (163) | (36) | (171) | (207) |
| Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18) | 5.793 | 261 | 6.054 | 9.939 | 423 | 10.362 | 6.096 | 207 | 6.303 |
| Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19) | (3.161) | (109) | (3.270) | (6.074) | (161) | (6.235) | (4.484) | (158) | (4.642) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 2.038 | 158 | 2.196 | 1.215 | 522 | 1.737 | 578 | 144 | 722 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | (189) | - | (189) | (209) | - | (209) | 282 | - | 282 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 1.849 | 158 | 2.007 | 1.006 | 522 | 1.528 | 860 | 144 | 1.004 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | - | (38) | (38) | - | (120) | (120) | - | (17) | (17) |
| Provisão para Imposto de Renda | - | (17) | (17) | - | (64) | (64) | - | (8) | (8) |
| Provisão para Contribuição Social | - | (21) | (21) | - | (56) | (56) | - | (9) | (9) |
| RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS | 1.849 | 120 | 1.969 | 1.006 | 402 | 1.408 | 860 | 127 | 987 |
| RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS | - | - | - | 402 | (402) | - | 127 | (127) | - |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES | 1.849 | 120 | 1.969 | 1.408 | - | 1.408 | 987 | - | 987 |
| DESTINAÇÕES | - | - | - | (873) | - | (873) | (651) | - | (651) |
| Fates - Estatutário | - | - | - | (54) | - | (54) | (33) | - | (33) |
| Reserva Legal - Estatutária | - | - | - | (482) | - | (482) | (302) | - | (302) |
| Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo | - | - | - | (337) | - | (337) | (316) | - | (316) |
| SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO | - | - | - | 535 | - | 535 | 336 | - | 336 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina

CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

| | Capital Social | Reserva Legal | Sobras ou Perdas Acumuladas | Total |
|--|----------------|---------------|-----------------------------|---------------|
| Saldos no início do período em 01/01/2014 | 13.997 | 2.741 | (62) | 16.676 |
| Capital de associados | - | - | - | - |
| Aumento de capital | 3.301 | - | - | 3.301 |
| Baixas de capital | (850) | - | - | (850) |
| Reversões de reservas | - | (62) | 62 | - |
| Resultado do período | - | - | 987 | 987 |
| Destinações | - | - | - | - |
| Destinação FATES - Estatutário | - | - | (33) | (33) |
| Reserva Legal - Estatutária | - | 302 | (302) | - |
| Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo | - | 316 | (316) | - |
| Saldos no fim do período em 31/12/2014 | 16.448 | 3.297 | 336 | 20.081 |
| Mutações do Período | 2.451 | 556 | 398 | 3.405 |
| Saldos no início do período em 01/01/2015 | 16.448 | 3.297 | 336 | 20.081 |
| Destinação resultado exercício anterior | - | - | - | - |
| Destinações para reservas | - | 336 | (336) | - |
| Capital de associados | - | - | - | - |
| Aumento de capital | 2.783 | - | - | 2.783 |
| Baixas de capital | (1.395) | - | - | (1.395) |
| Resultado do período | - | - | 1.408 | 1.408 |
| Destinações | - | - | - | - |
| Destinação FATES - Estatutário | - | - | (54) | (54) |
| Reserva Legal - Estatutária | - | 482 | (482) | - |
| Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo | - | 337 | (337) | - |
| Saldos no fim do período em 31/12/2015 | 17.836 | 4.452 | 535 | 22.823 |
| Mutações do Período | 1.388 | 1.155 | 199 | 2.742 |
| Saldos no início do período em 01/07/2015 | 16.733 | 3.633 | (561) | 19.805 |
| Capital de associados | - | - | - | - |
| Aumento de capital | 1.452 | - | - | 1.452 |
| Baixas de capital | (349) | - | - | (349) |
| Resultado do período | - | - | 1.969 | 1.969 |
| Destinações | - | - | - | - |
| Destinação FATES - Estatutário | - | - | (54) | (54) |
| Reserva Legal - Estatutária | - | 482 | (482) | - |
| Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo | - | 337 | (337) | - |
| Saldos no fim do período em 31/12/2015 | 17.836 | 4.452 | 535 | 22.823 |
| Mutações do Período | 1.103 | 819 | 1.096 | 3.018 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

| | 01/07/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
|---|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 377 | 1.234 | 3.238 |
| Resultado do exercício | 1.969 | 1.408 | 987 |
| AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO | (1.592) | (174) | 2.251 |
| (Reversão) Provisão para operações de crédito | (1.902) | (1.007) | 1.643 |
| (Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens | 58 | 58 | - |
| (Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos | 17 | 29 | (24) |
| Depreciação do imobilizado de uso | 298 | 510 | 407 |
| Amortização do intangível | 156 | 259 | 229 |
| Baixas do ativo permanente | 2 | 5 | 6 |
| (Reversão) Provisão para passivos contingentes | (47) | 92 | 60 |
| Destinações ao FATES | (54) | (54) | (33) |
| Dividendos SicrediPar | (120) | (66) | (37) |
| VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS | 13 | 18.666 | 2.804 |
| (Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação | 4.307 | (3) | 290 |
| (Aumento) Redução em relações com correspondentes | (231) | (339) | (198) |
| (Aumento) Redução em operações de crédito | (14.867) | (14.915) | (19.489) |
| Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas | (1.717) | 4.767 | 2.264 |
| (Aumento) Redução em outros créditos | (1.263) | (1.248) | (1.954) |
| (Aumento) Redução em outros valores e bens | (105) | (283) | (306) |
| Aumento (Redução) em depósitos | 8.434 | 25.056 | 20.328 |
| Aumento (Redução) em relações interdependências passivas | 138 | 259 | 2 |
| Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses | 70 | 164 | 334 |
| Absorção de dispêndios pelo FATES | - | (34) | (10) |
| (Redução) Aumento em outras obrigações | 5.247 | 5.242 | 1.543 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) | 390 | 19.900 | 6.042 |
| (Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | (51) | (50) | - |
| Aquisição de Investimentos | - | - | (234) |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | (482) | (671) | (714) |
| Aplicações no Intangível | (419) | (876) | (455) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) | (952) | (1.597) | (1.403) |
| Integralização de capital | 1.452 | 2.783 | 3.301 |
| Baixa de capital | (349) | (1.395) | (850) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) | 1.103 | 1.388 | 2.451 |
| AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 541 | 19.691 | 7.090 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | 72.173 | 53.024 | 45.934 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04) | 72.715 | 72.715 | 53.024 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/07/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2015.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

• Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras

• Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

• As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

| Caixa e equivalentes de caixa | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------|------------|
| Disponibilidades | 2.255 | 3.008 |
| Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central | 70.460 | 50.016 |
| Total | 72.715 | 53.024 |

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 |
|--|------------|----------------|-------|------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A. | - | 50 | 50 | - |
| Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | - | 50 | 50 | - |

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

| Operações de crédito | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 |
|---|------------|----------------|---------|------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Empréstimos e títulos descontados | 64.043 | 17.548 | 81.591 | 69.759 |
| Financiamentos | 9.481 | 8.372 | 17.853 | 19.668 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 6.903 | 440 | 7.343 | 2.445 |
| Carteira total | 80.427 | 26.360 | 106.787 | 91.872 |

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

| Setor | 31/12/2015 | | | | Total da Carteira | 31/12/2014 |
|-----------------|------------------------------|-------------|------------------|-------------------|-------------------|------------|
| | Vencidas a partir de 15 dias | A vencer | | | | |
| | | Até 90 dias | De 91 a 365 dias | Acima de 365 dias | | |
| Pessoas Físicas | 802 | 4.082 | 5.674 | 7.635 | 18.193 | 17.079 |
| Rural | - | 1.075 | 5.828 | 440 | 7.343 | 2.445 |
| Industrial | 163 | 8.929 | 4.556 | 3.197 | 16.845 | 12.635 |
| Comércio | 289 | 14.738 | 13.014 | 9.179 | 37.220 | 30.164 |
| Outros Serviços | 322 | 11.912 | 9.043 | 5.909 | 27.186 | 29.549 |
| Total | 1.576 | 40.736 | 38.115 | 26.360 | 106.787 | 91.872 |

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

| Níveis de Risco | % | Carteira | | Provisão para operações de Crédito | |
|-----------------|--------|------------|------------|------------------------------------|------------|
| | | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Nível A | 0,50 | 69.263 | 24.069 | 346 | 120 |
| Nível B | 1,00 | 22.802 | 36.010 | 228 | 360 |
| Nível C | 3,00 | 9.054 | 24.207 | 272 | 726 |
| Nível D | 10,00 | 4.387 | 5.609 | 439 | 561 |
| Nível E | 30,00 | 1.626 | 406 | 488 | 122 |
| Nível F | 50,00 | 1.857 | 1.661 | 929 | 830 |
| Nível G | 70,00 | 1.041 | 633 | 729 | 443 |
| Nível H | 100,00 | 2.331 | 3.575 | 2.331 | 3.575 |
| Total (i) | | 112.361 | 96.170 | 5.762 | 6.737 |

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 8,49% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

| Outros créditos | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 |
|------------------------------|------------|----------------|-------|------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Títulos e créditos a receber | 5.574 | - | 5.574 | 4.298 |
| Total | 5.574 | - | 5.574 | 4.298 |

valores em milhares de Reais

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

| Outros Créditos - Diversos | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 |
|--|------------|----------------|-------|------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 46 | - | 46 | 43 |
| Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i) | 906 | - | 906 | 887 |
| Devedores por depósitos em garantia | 97 | - | 97 | 131 |
| Impostos e contribuições a compensar (ii) | 14 | - | 14 | 5 |
| Títulos e créditos a receber | 5.574 | - | 5.574 | 4.298 |
| Devedores diversos - País | 92 | - | 92 | 117 |
| Total | 6.729 | - | 6.729 | 5.481 |

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

(ii) Do saldo da conta de Impostos e contribuições a compensar, valor de R\$ 5 mil, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

| Bens não de uso próprio | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------|------------|
| Imóveis | 384 | 322 |
| Veículos e afins | 216 | 21 |
| Subtotal Bens não de uso próprio | 600 | 343 |
| Material em estoque | 44 | 24 |
| Despesas antecipadas | 19 | 13 |
| Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso) | - | 58 |
| Total Outros Valores e Bens | 605 | 380 |

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 58 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – PERMANENTE**a) Investimentos**

| Registrados ao custo de aquisição | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Cooperativa Central Sicredi (i) | 2.018 | 2.018 |
| Sicredi Participações S.A. (i) | 1.548 | 1.548 |
| Outras Participações e Investimentos | 3 | 3 |
| Sicredi Fundos Garantidores (i) | 2 | 2 |
| Outros Investimentos | 1 | 1 |
| Total | 3.569 | 3.569 |

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

| | Sicredi Participações S.A. | | Sicredi Fundos Garantidores | | Cooperativa Central Sicredi | |
|----------------------------------|----------------------------|--------------|-----------------------------|------------|-----------------------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Número de ações/quotas possuídas | 502.150 ON | 502.150 ON | 2 | 2 | 2.017.754 | 2.017.754 |
| | 1.046.231 PN | 1.046.231 PN | Quotas | Quotas | Quotas | Quotas |
| Percentual de participação | 0,19% | 0,20% | 1,45% | 1,47% | 0,59% | 0,60% |
| Capital social | 804.351 | 764.040 | 138 | 136 | 342.223 | 338.577 |
| Patrimônio líquido | 874.462 | 798.719 | 193.717 | 190.039 | 352.655 | 349.026 |
| Lucro líquido do exercício | 62.184 | 38.011 | - | - | - | - |
| Valor do investimento | 1.548 | 1.548 | 2 | 2 | 2.018 | 2.018 |

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

| | Taxas anuais de depreciação % | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 | |
|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------|-----------------------------------|---------|------------|--|
| | | Custo corrigido | Depreciação/Amortização acumulada | Líquido | Líquido | |
| Imobilizações em curso | - | 118 | - | 118 | 87 | |
| Instalações | 10% | 1.779 | 640 | 1.139 | 996 | |
| Móveis e equipamentos de uso | 10% | 1.480 | 612 | 868 | 834 | |
| Sistema de comunicação | 10% | 56 | 27 | 29 | 35 | |
| Sistema de processamento de dados | 20% | 1.356 | 865 | 491 | 585 | |
| Sistema de segurança | 10% | 251 | 105 | 146 | 131 | |
| Sistema de transporte | 20% | 38 | 5 | 33 | - | |
| Imobilizado de Uso (i) | - | 5.078 | 2.254 | 2.824 | 2.668 | |

| | | | | | | |
|----------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--|
| Intangível (ii) | | 2.811 | 1.011 | 1.800 | 1.183 | |
| Investimentos Confederação | | 2.811 | 1.011 | 1.800 | 1.183 | |
| Total | | 7.889 | 3.265 | 4.624 | 3.851 | |

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

| Depósitos | 31/12/2015 | | | | 31/12/2014 | |
|-------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|----------------|----------------|--|
| | Sem vencimento e até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total | Total | |
| Depósitos à vista | 36.125 | - | - | 36.125 | 30.463 | |
| Depósitos a prazo | 1.617 | 2.164 | 104.511 | 108.292 | 88.898 | |
| Total | 37.742 | 2.164 | 104.511 | 144.417 | 119.361 | |

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

| Obrigações por repasses interfinanceiros | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 | |
|--|--------------|----------------|--------------|--------------|--|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total | |
| Recursos do Crédito Rural | 6.784 | 440 | 7.224 | 2.448 | |
| Banco Cooperativo Sicredi S.A. | 6.784 | 440 | 7.224 | 2.448 | |
| Total | 6.784 | 440 | 7.224 | 2.448 | |

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 4,5% a.a. até 7,75% a.a. com vencimento de 21/02/2016 até 15/10/2018.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

| Obrigações por empréstimos | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 |
|---|--------------|----------------|--------------|--------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Empréstimos no país - outras instituições | 1.671 | - | 1.671 | 1.507 |
| Cooperativa Central Sicredi | 1.671 | - | 1.671 | 1.507 |
| Total | 1.671 | - | 1.671 | 1.507 |

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

| Outras obrigações - diversas | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 |
|--|---------------|----------------|---------------|--------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Cheques administrativos | 3.767 | - | 3.767 | 373 |
| Obrigações por prestação de serviço de pagamento | 175 | - | 175 | 34 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 1.075 | - | 1.075 | 853 |
| Provisão para passivos contingentes (i) | 346 | - | 346 | 173 |
| Credores diversos - país (ii) | 5.878 | - | 5.878 | 4.817 |
| Outras dívidas subordinadas (iii) | - | 1.771 | 1.771 | 1.739 |
| Total | 11.241 | 1.771 | 13.012 | 7.989 |

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 141 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

| Credores Diversos - País | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|--------------|--------------|
| Valores custodiados vinculados a operação de crédito | 461 | 485 |
| Parcelado Lojista | 2.697 | 2.256 |
| Agenda cartão Visa a pagar | 2.136 | 1.730 |
| Outros | 584 | 346 |
| Total | 5.878 | 4.817 |

valores em milhares de Reais

(iii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em julho de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

| Natureza | Saldo Inicial do Período 01/01/2015 | Aumento Provisão | Baixa/Reversão de Provisão | Saldo Final do Período 31/12/2015 |
|--------------|-------------------------------------|------------------|----------------------------|-----------------------------------|
| Trabalhista | 73 | 92 | 64 | 101 |
| Cível | 40 | 148 | 84 | 104 |
| Total | 113 | 240 | 148 | 205 |

| Natureza | Probabilidade de Perda | Valor estimado de perda | Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015 | valor Provisionado Saldo em 31/12/2014 |
|--------------|------------------------|-------------------------|--|--|
| Trabalhista | Provável | 101 | 101 | 73 |
| Trabalhista | Possível | 20 | - | - |
| Cível | Provável | 104 | 104 | 40 |
| Cível | Possível | 396 | - | - |
| Total | | 621 | 205 | 113 |

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------|------------|
| Capital Social (valores em milhares de Reais) | 17.836 | 16.448 |
| Total de associados | 15.857 | 15.063 |

b) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 5 mil (R\$ 327 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Dessa receita, o valor de R\$ 5 mil não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2015 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------|------------|
| Ativo | | |
| Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e) | 70.460 | 50.016 |
| Diversos | 925 | 893 |
| Investimentos (Nota 09a) | 2.018 | 2.018 |
| Intangível (Nota 09b) | 1.800 | 1.183 |
| | | |
| Passivo | | |
| Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12) | 1.671 | 1.507 |
| Provisões para pagamentos a efetuar | 189 | 140 |
| Credores Diversos | 78 | 211 |
| | | |
| Receitas | | |
| Outros ingressos e receitas operacionais | 8.846 | 5.238 |
| | | |
| Despesas | | |
| Operações de Empréstimos e Repasses | 207 | 153 |
| Outros Dispendios e Desp. Administrativa | 239 | 229 |
| Outros Dispendios Despesas Operacionais | 3.234 | 2.238 |

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

| Natureza da operação | 31/12/2015 | % em relação ao total | 31/12/2014 |
|-----------------------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| Depósitos à vista | 75 | 0,21% | 68 |
| Pessoas físicas | 75 | | 68 |
| Depósitos a prazo | 1.442 | 1,33% | 1.483 |
| Pessoas físicas - taxa pós-fixada | 1.442 | | 1.483 |
| Operações de crédito | 351 | 0,33% | 143 |

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

| Benefícios | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoas chave da administração | 428 | 332 |

valores em milhares de Reais

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 8.639 mil (R\$ 5.085 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 2.360 mil (R\$ 1.782 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 517 mil (R\$ 372 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 281 mil (R\$ 233 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

| Coobrigações em garantias prestadas | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Garantias prestadas em operações de associados | 11.658 | 5.139 |
| FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE | 2.175 | 2.182 |
| Pronaf | 7.820 | 2.857 |
| Moderfrota | 810 | |
| Outros | 853 | 100 |
| Total | 11.658 | 5.139 |

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Erli Silveira Lima
Diretor Executivo
CPF: 313.269.510-68

Paul Gerhard Enns
Diretor de Operações
CPF: 560.422.800-15

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72